

## **12. PEDIDOS DE ISENÇÃO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E OUTRAS:**

Da **Divisão Financeira** submetendo à consideração do Executivo os seguintes pedidos de isenção de ocupação de espaço público, enquadradas nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18, H-1/19º e H-1/20ºº do Código Regulamentar do Município de Braga (Isenções relativas a Operações Urbanísticas no Centro Histórico), em que o DMGAP se pronunciou favoravelmente:

**a)- Condomínio do Prédio sito na Rua D. Afonso Henriques, nº. 67,** UF de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de **1.837,18 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público;

**b) João Manuel Gomes Abreu,** imóvel sito no Largo Barão de S. Martinho, nº, 68 – 1º UF de Braga S. José de S. Lázaro e S. João do Souto, no valor de **144,33 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público;

**c) Jorge Augusto Mota Oliveira,** imóvel sito na Rua de S. Vitor, nº. 85, S. Vitor, Braga, no valor de **1.833,32 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público;

**d) Condomínio do Edifício da Avenida General Norton de Matos, nº 33-35,** S. Vicente, Braga, no valor de **721,26 €** - Taxas de Ocupação de Espaço Público;

**e) SSM – Cocktail Bar, Lda, imóvel sito na Rua S. João, nº. 15 – UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 271,67 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**f) Figueiredo Barros e Cruz, Lda, imóvel sito na Rua de S. Sebastião, nº. 26 – UF Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de 201,64 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**g) Carlos Carvas, Unipessoal, Lda, imóvel sito na rua do Sardoal, nº. 105, R/C, Esq. – S. Vicente, no valor de 184,98 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**h) Seminário Conciliar de Braga, imóvel sito no Largo Carlos Amarante, nº. 181 – UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 3.659,25 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**i) Marta Sofia Carvalho Gomes de Oliveira, imóvel sito na Rua Cruz de Pedra, 189 a 193- UF Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de 264,24 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**j) Maria da Conceição da Silva Martins Ferreira, imóvel sito na Rua da Boavista nºs 104,106 e 108- UF Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de 234,78 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**l) José Xavier Rios, imóvel sito na Rua Eça de Queiroz, nº. 32 a 38**  
UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de **420,60 €**  
- Taxas de Ocupação de Espaço Público;

**m) 3 O Rio – Administração e Imobiliária, Lda, imóvel sito na Rua da Boavista, nºs 35/37 -UF Braga (Maximinos, Sé e Cidade), no valor de 321,00 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**n) Resposta Prevista, Lda, imóvel sito na Rua D. Afonso Henriques, nº. 64 a 68 - UF Braga (Maximinos, Sé e Cidade), no valor de 194,83 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**o) Cristina Marinho Pires, imóvel sito na Rua Direita, nº. 11 - UF Braga (Maximinos, Sé e Cidade), no valor de 188,14 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**p) Condomínio do prédio da Rua Andrade Corvo, 107/113- UF Braga (Maximinos, Sé e Cidade), no valor de 306,18 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**q) Carlos Alberto Silvestre Couto, imóvel sito na Rua da Cruz de Pedra, nº. 69/75 - UF Braga (Maximinos, Sé e Cidade), no valor de 2.474,23 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**r) Raúl Fernando de Azevedo Borges, imóvel sito na Avenida Central nºs 158 a 164 "Galeria Comercial do Raio = Avenida - Freeway" da UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 191,93 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**s) Jerónimo Martins –Restauração e Serviços, S.A., imóvel sito na Avenida da Liberdade nºs 712, da UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 157,07 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**t) Herdeiros de Maria da Silva Pinhão, imóvel sito na Praça da República, nº. 1, da UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 1.856,98 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**u) FERBOGAR, Sociedade de Construções, Lda., imóvel sito na Rua dos Capelistas, 85, da UF Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 458,66 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**v) Condomínio do prédio sito no Gaveto da Rua D. Pedro V., nº. 239/245 com a Rua Elísio de Moura, nº. 3 a 15., da freguesia de S. Vitor, no valor de 593,39 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**x) FERBOGAR, Sociedade de Construções, Lda., imóvel sito na Rua dos Capelistas, 85, da Freguesia de S. Vitor, no valor de 458,66 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**z) ÉPOCA ARROJADA, Lda. imóvel sito na Avª. Central, nºs 131 a 133, da Freguesia de S. Vitor, no valor de 5.395,81 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**aa) António Soares Ferreira, imóvel sito na Rua Dr. Domingos Soares, 78, da Freguesia de S. Vicente, no valor de 2.847,06 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**ab) António Sousa Teixeira, imóvel sito na Praça Alexandre Herculano, nº. 38, da Freguesia de S. Vicente, no valor de 220,50 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**ac) Mário Ribeiro Gomes, imóvel sito na Rua de S. Vicente nº. 171 a 177 e Rua do Burgo, da Freguesia de S. Vicente, no valor de 301,42 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**ad) Empresa Expo-RC, Têxteis, imóvel sito na Rua de Stª Margarida, nºs. 109-113 e Rua do Burgo, da Freguesia de S. Vicente, no valor de 2.118,54 € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**ae) Universidade Católica Portuguesa, imóvel sito na Praça da Faculdade de Filosofia. Nº. 1, da Freguesia de S. Vicente, no valor de 427,56 € € - Taxas de Ocupação de Espaço Público;**

**Nº Informação: 5340**

**Data: 18/02/2019**

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 717/2018 - taxas de Ocupação de Espaço Público (tapume/resguardo e andaime) do Condomínio do Prédio sito na Rua D. Afonso Henriques, n.º 67, União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), pessoa coletiva nº 901 907 901, no valor de 1.837,18€ (mil oitocentos e trinta e sete euros e dezoito cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará: 96,56€
- ii) Prazo (2 meses): 28,92€
- iii) Tapume: 1.207,14€
- iv) Taxa de O.E.P.: 504,56€

**TOTAL = 1.837,18€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 19974, datada de 20 de junho de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

*Concedido com a imputação para  
a consideração superior.  
12/02/99.*

*Concedido. A ordem do Sr. Presidente da Câmara  
para, em anexo, submeter à reunião do  
Executivo Municipal.*

20 19/02/27

*[Signature]*

*A ... do Excmo.*

*18/02/27*

*[Signature]*

Utilizador: Joana Barroso



**Nº Informação: 5365**  
**Data: 18/02/2019**

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 990/2018 - taxas de Ocupação de Espaço Público (andaime/tapume) de João Manuel Gomes Abreu, imóvel sito no Largo Barão de S. Martinho, n.º 68, 1º andar, União das Freguesias de Braga (S. João do Souto e S. José de S. Lázaro), com o número de identificação fiscal n.º 111 153 468, no valor de 144,33€ (cento e quarenta e quatro euros e trinta e três cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará: 96,56€
- ii) Prazo (1 mês): 14,45€
- iii) Tapume: 28,56€
- iv) Taxa de O.E.P.: 4,76€

**TOTAL = 144,33€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 6559, datada de 19 de fevereiro de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,



**BRAGA**  
Município

DMGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumpriremos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

*Joana Barroso*

*Concordo com a imputação feita.  
A consideração inferior.  
Domingo, 25/02/13.*

Utilizador: Joana Barroso

*Concordo. A análise do h. Presidência da Câmara  
para, em seguida, submeter à reunião do  
Executivo Municipal.*

*2019/02/27*

*[Signature]*

*A → do Executivo*

*19/02/27*

*[Signature]*

Nº Informação: 5461  
Data: 19/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 14073/2017 - taxas de licença e de Ocupação de Espaço Público (grua e tapume/andaime) para realização de obras de reconstrução e ampliação de Jorge Augusto Mota de Oliveira, imóvel sito na Rua de S. Vitor, n.º 85, da freguesia de Braga (S. Vitor), com o número de identificação fiscal n.º 192 005 715, no valor de 1.833,32€ (mil oitocentos e trinta e três euros e trinta e dois cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará: 96,56€
- ii) Prazo (12 meses): 173,52€
- iii) Áreas de reconstrução e ampliação: 322,12€
- iv) Taxa de O.E.P. (12 meses): 173,52€
- v) Emissão de Alvará: 96,56
- vi) Tapume: 514,08€
- vii) Taxa de O.E.P.: 456,96€

**TOTAL = 1.833,32€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 25622, datada de 09 de agosto de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

*Concordo com a informação  
tendo, à consideração  
superior. Ocorrência, 25/02/11*

Utilizador: Joana Barroso

*Concordo. À consideração do Sr. Presidente da Câmara  
maior parte, concordando, submetendo o assunto  
ao Executivo Municipal.*

2019/02/27

*[Signature]*

*A S do Executivo*

*2027*

*[Signature]*

Nº Informação: 5622

Data: 20/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 727/2018 - taxas de Ocupação de Espaço Público (andaime/tapume e lugar de estacionamento para uma carrinha de caixa aberta até 1500Kg) para realização de obras de conservação do Condomínio do Edifício da Avenida General Norton de Matos, n.º 33-35, da Freguesia de S. Vicente, Braga, pessoa coletiva nº 900 768 363, no valor de 721,26€ (setecentos e vinte e um euros e vinte e seis centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará: 96,56€
- ii) Prazo (1 mês): 14,46€
- iii) Tapume: 441,73€
- iv) Taxa de O.E.P.: 168,51€

**TOTAL = 721,26€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 17510, datada de 30 de maio de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

Concordo com a informação  
fornecida. A consideração superior.  
25/02/19.

Concordo. A análise do h. Presidente da  
Câmara face, concordando, submeter  
à reunião do Executivo Municipal.

2019/02/27

Joana

A S. de S. de S.

195228



Nº Informação: 5661

Data: 20/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 1362/2018 - taxas de Ocupação de Espaço Público (tapume/andaime) para realização de obras de conservação de SSM – Cocktail Bar, Lda., imóvel sito na Rua de S. João, n.º 15, União das Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), pessoa coletiva nº 514 828 005, no valor de 271,67€ (duzentos e setenta e um euros e sessenta e sete cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará: 96,56€
- ii) Prazo (1 mês): 14,46€
- iii) Tapume: 114,24€
- iv) Taxa de O.E.P.: 46,41€

**TOTAL = 271,67€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 32626, datada de 22 de outubro de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,



devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

*Joana Barroso*

Utilizador: Joana Barroso

*Com a minha consideração,  
= Consideração superior,  
Bragança, 25/02/19.*

*Quando - À consideração do h. Presidente do Câmara  
para, considerando, submeter à reunião do  
Executivo Municipal.*

*2019/02/27*

*[Signature]*

*A ... do ...*

*19.02.27*

*[Signature]*



Nº Informação: 5678

Data: 20/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 1342/2018 - taxas de Ocupação de Espaço Público (andaime) para realização de obras de conservação de Figueiredo Barros e Cruz, Lda., imóvel sito na Rua de S. Sebastião, n.º 26, União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), pessoa coletiva nº 513 207 490, no valor de 201,64€ (duzentos e um euros e sessenta e quatro cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará: 96,56€
- ii) Prazo (2 meses): 28,92€
- iii) Tapume: 57,12€
- iv) Taxa de O.E.P.: 19,04€

**TOTAL = 201,64€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 32794, datada de 22 de outubro de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,



devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

*Concordo com a informação  
fornecida. A contabilidade  
superior. Alameda, 25/02/19*

Utilizador: Joana Barroso

*Concordo. A nível do Sr. Presidente da Câmara  
na passada, emendada, submetida à reunião  
do Executivo Municipal.*

2019/02/27

*[Signature]*

*A ... do Executivo.*

12/02/27

*[Signature]*

**Nº Informação: 5729**

**Data: 20/02/2019**

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 1029/2018 - taxas de Ocupação de Espaço Público (contentor) para realização de obras de conservação de Carlos Carvas, Unipessoal, Lda., imóvel sito na Rua do Sardoal, n.º 105, rés do chão esquerdo, Freguesia de S. Vicente, Braga, pessoa coletiva nº 513 774 343, no valor de 184,98€ (cento e oitenta e quatro euros e noventa e oito cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará: 96,56€
- ii) Prazo (2 meses): 28,92€
- iii) Taxa de O.E.P.: 59,50€

**TOTAL = 184,98€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 22551, datada de 12 de julho de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,



devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

*Concordo com a infração  
A Consideração superior!  
Barroso, 25/04/19.*

Amado. À ordem do h. Presidente do Conselho,  
faz, mandando, submeter à reunião do  
Executiv. Municipal.

2019/04/27

*Amado*

*À S. do Excmo.*

*195227*

**Nº Informação: 5831**

**Data: 21/02/2019**

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 282/2018 - taxas de licença e de Ocupação de Espaço Público (para realização de obras de alteração e remodelação do edifício) do Seminário Conciliar de Braga, imóvel sito no Largo Carlos Amarante, n.º 181, União das Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), pessoa coletiva nº 500 820 511, no valor de 3.659,25€ (três mil seiscientos e cinquenta e nove euros e vinte e cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (12 meses): 173,52€
- iii) Áreas Brutas Totais da Alteração, Remodelação e Adaptação a liquidar: 1.821,27€
- iv) Emissão de alvará de licença de O.E.P.: 96,56€
- v) Prazo da licença (8 meses): 115,68€
- vi) Tapume: 1.130,98€
- vii) Taxa da O.E.P.: 224,68

**TOTAL = 3.659,25€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 35543, datada de 15 de novembro de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor

Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o  
requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

*Concordo com a informação.  
A consideração superior.  
Lisboa, 25/02/19.*

Utilizador: Joana Barroso

*Concordo. A decisão do Sr. Presidente do Câmara  
passa, anexo, a ser submetida ao Conselho do Exe-  
cutivo Municipal.*

2019/02/27

*duro*

*À S do Excmo.*

*190227*



Nº Informação: 5873

Data: 21/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 443/2018 - taxas de Ocupação de Espaço Público (andaime/tapume) para realização de obras de conservação de Marta Sofia Carvalho Gomes de Oliveira, imóvel sito na Rua Cruz de Pedra, n.ºs 189 a 193, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), com o número de identificação fiscal 245 399 801, no valor de 264,24€ (duzentos e sessenta e quatro euros e vinte e quatro centimos). As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º. Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (2 meses): 28,92€
- iii) Tapume: 109,96€
- iv) Taxa da O.E.P.: 28,80€

**TOTAL = 264,24€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 12906, datada de 23 de abril de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,



**BRAGA**  
Município

DMGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

*Concedido com o fundamento  
a consideração superior.  
12/02/19.*

*Embr. À ordem do Sr. Presidente do Conselho  
para, emitando, submeter à reunião do  
Executivo Municipal.*

2019/02/27

*Assinatura*

*A ... do ...*

19/02/27



**Nº Informação:** 5890

**Data:** 21/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 977/2018 - taxas de Ocupação de Espaço Público (andaime) para realização de obras de conservação de Maria da Conceição da Silva Martins Ferreira, imóvel sito na Rua da Boavista, n.ºs 104, 106 e 108, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), com o número de identificação fiscal 215 307 984, no valor de 234,78€ (duzentos e trinta e quatro euros e setenta e oito cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,46€
- iii) Tapume: 95,20€
- iv) Taxa da O.E.P.: 28,56€

**TOTAL = 234,78€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 21097, datada de 29 de junho de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

*Concordo com a informação  
da consideração superior.  
Domingo, 25/02/19.*

Utilizador: Joana Barroso

*Concordo. À consideração do h. Presidente da Câmara  
passa, considerando, submeter à reunião do Exe-  
cutivo Municipal.*

*2019/02/27*

*[Signature]*

*A 5 do Exe*

*19/02/27*

*[Signature]*

Nº Informação: 5941

Data: 22/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 504/2018 - taxas de Ocupação de Espaço Público (andaime/tapume) para realização de obras de conservação de José Xavier Rios, imóvel sito na Rua de Eça de Queirós, n.ºs 32 a 38, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), com o número de identificação fiscal 135 116 570, no valor de 420,60€ (quatrocentos e vinte euros e sessenta cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (2 meses): 28,92€
- iii) Tapume: 199,92€
- iv) Taxa da O.E.P.: 95,20€

**TOTAL = 420,60€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 12959, datada de 24 de abril de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

*Concordo com a informação  
feita. A Comissão  
superior, reunida,  
25/02/19.*

Utilizador: Joana Barroso

*Concordo. A Comissão do h. Conselho do Câmara  
para, em seguida, submeter à reunião do  
Executivo Municipal.*

2019/02/27

*du*

*À S do Senhor*

*195227*

*[Signature]*

Nº Informação: 5969  
Data: 22/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 473/2018 - taxas de Ocupação de Espaço Público (tapume/resguardo) para realização de obras de conservação de 3 O RIO – Administração e Imobiliária, Lda., imóvel sito na Rua da Boavista, n.ºs 35/37, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), pessoa coletiva n.º 508 194 997, no valor de 321,00€ (trezentos e vinte e um euros).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (4 meses): 57,84€
- iii) Tapume: 80,92€
- iv) Taxa da O.E.P.: 85,68€

**TOTAL = 321,00€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 13255, datada de 26 de abril de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

Concordo com a informação.  
A consideração superior.  
Rui Mendes, 25/02/19.

20 19/02/27

chaves

A ... do ...

19/02/27



Nº Informação: 6100

Data: 25/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 14350/2017 - taxas de Ocupação de Espaço Público (andaime/tapume) para realização de obras de conservação de Resposta Prevista, Lda., imóvel sito na Rua D. Afonso Henriques, n.º 64 a 68, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), pessoa coletiva n.º 513 687 912, no valor de 194,83€ (cento e noventa e quatro euros e oitenta e três cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 95,56€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,31€
- iii) Tapume: 67,26€
- iv) Taxa da O.E.P.: 17,70€

**TOTAL = 194,83€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 3819, datada de 25 de outubro de 2017.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,



**BRAGA**  
Município

DMGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

*Concordo com a informação  
feita.*

*A consideração superior.*

*12/02/19,*

Utilizador: Joana Barroso

*Concordo. A unidade de h. financeira da Câmara  
para, anualmente, submeter à reunião da Assembleia  
Municipal.*

*2019/02/27*

*[Signature]*

*A ... do ...*

*12/02/27*

*[Signature]*



*A. N. de Santos*

*19.02.20*

*[Signature]*

Nº Informação: 5922  
Data: 20/01/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 1066/2018 - taxas referentes a ocupação de via pública, com tapume/andaime, no prédio de Cristina Marinho Pires, contribuinte nº 217482660, sito na Rua Direita, nº 11, União da freguesias de Braga) Maximinos Sé e Cidade), no valor de 188,14€ (cento e oitenta e oito euros e catorze cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/15º, H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

i - Emissão do alvará – 96,56€

Prazo 1 meses - 14,46€ = 14,46€

Tapume – 6m+ 1,20m+1,20m = 8,40m x 3 pisos x 1 mês x 2,38€ = 59,98€

O.V.P. – 6,00m x 1,20m = 7,20m<sup>2</sup> x 1 mês x 2,38€ = 17,14€

**TOTAL – 188,14€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/24836, datada de 02/08/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, convocado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, o qual obteve despacho favorável do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, será assim, de seguir a opinião do parecer jurídico, remetendo-se para os fins tidos por convenientes.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior.

*[Signature]*

*Concordo com a informação técnica.  
A consideração superior.  
19.02.2019.*

*Concordo com a informação técnica.  
A consideração superior.  
19.02.2019.*

*A ns b 19/02/2019*  
*[Signature]*

Nº Informação: 5915

Data: 19/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 1238/2018 - taxas referentes a realização de obras de substituição de telhado, no Condomínio do prédio da Rua Andrade Corvo 107/113, (União das Freguesias de Braga-Maximinos, Sé e Cidade), contribuinte nº 902 066 412, no valor de 306,18€ (trezentos e seis euros e dezoito centavos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/15º, H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

- i - Emissão do alvará de licença – 96,56€
- Prazo da licença – 1 mês x 14,46€ = 14,46€
- O.V.P. – 12,00m<sup>2</sup> x 1 mês x 2,38€ = 28,56€
- Tapume – 14,00m x 5 pisos x 1 mês x 2,38€ = 166,60€
- Total – 306,18€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/31402, datada de 11/10/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, convocado superiormente para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, o qual obteve despacho favorável do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, será assim, de seguir a opinião do parecer jurídico, remetendo-se para os fins tidos por convenientes.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior.

A Divisão Financeira.

*[Signature]*  
Tel. 253 203 150 - Fax 253 613 387

*Concedido com impen-  
to consideração superior  
Braga, 25/02/19*  
*Concedido à ordem do Sr. Presidente  
da Câmara, para notificar, anexo do,  
2019/02/25*

Nº Informação: 6179

Data: 25/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 763/2015 - taxas de Licença e de Ocupação de Espaço Público (andaimes/tapume) para realização de obras de reconstrução e ampliação de Carlos Alberto Silvestre Couto, imóvel sito na Rua Cruz de Pedra, n.º 69/75, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), com o número de identificação fiscal 219 791 465, no valor de 2.474,23€ (dois mil quatrocentos e setenta e quatro euros e vinte e três cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (12 meses): 173,52€
- iii) Áreas brutas a liquidar relativo à remodelação, reconstrução total, ampliação: 799,95€
- iv) Emissão de alvará de licença de O.E.P.: 96,56€
- v) Prazo da licença de O.E.P. (12 meses): 173,52€
- vi) Tapume: 868,80€
- vii) Taxa da O.E.P.: 265,32€

**TOTAL = 2.474,23€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 25039, datada de 03 de agosto de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.



**BRAGA**  
Município

DMGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

Concordo com a proposta.  
A consideração superior.  
Barroso, 26/02/19.

Concordo. A mesma do Sr. Presidente do Câmara  
para, emendando, substituir a mesma do Sr.  
Câmara Municipal.

10 19/02/27

A ...  
19.02.27

Nº Informação: 6115  
Data: 25/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 524/2018 - taxas de Ocupação de Espaço Público (andaime/tapume) para realização de obras de conservação de Raúl Fernando de Azevedo Borges, imóvel sito na Avenida Central, n.ºs 158 a 164 – "Galeria Comercial Raio = Avenida – Freeway", União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), com o número de identificação fiscal 177 606 975, no valor de 191,93€ (cento e noventa e um euros e noventa e três cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,45€
- iii) Tapume: 57,12€
- iv) Taxa da O.E.P.: 23,80€

**TOTAL = 191,93€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 15343, datada de 14 de maio de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais



**BRAGA**  
Município

DMGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Concordo com a informação  
fornecida. A consideração  
superior. Resposta,  
26/02/19.

Utilizador: Joana Barroso

Concordo. A unidade do h. Presidente do Câmara Municipal.  
Concordando, submeter à reunião do Conselho Municipal.

2019/02/27

*[Handwritten signature]*

A 5 de Junho

1952 27

*[Handwritten signature]*



Nº Informação: 6129

Data: 25/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 13717/2017 - taxas de Ocupação de Espaço Público (tapume) para realização de obras de conservação de Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A., imóvel sito na Avenida da Liberdade, n.º 712, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), pessoa coletiva n.º 505 479 044, no valor de 157,07€ (cento e cinquenta e sete euros e sete cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 95,56€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,31€
- iii) Tapume: 23,60€
- iv) Taxa da O.E.P.: 23,60€

**TOTAL = 157,07€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 547, datada de 30 de junho de 2017.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso


Utilizador: Joana Barroso

Concordo com a imputação  
A consideração superior  
26/02/19.

Conclui-se a análise do Sr. Presidente da  
Câmara para, anualmente, submeter  
à reunião do Executivo Municipal.

2019/02/27

Joana

À S do Executivo  
195227  




Nº Informação: 6317

Data: 26/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 7652/2006 - Herdeiros de Maria da Silva Pinhão, com o número de identificação fiscal 706 894 863 - taxas de licença para obras de reconstrução e ampliação do prédio sito na Praça da República, n.º 1, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 1.856,98€ (mil oitocentos e cinquenta e seis euros e noventa e oito centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (20 meses): 289,20€
- iii) Áreas Brutas a liquidar relativo a alteração, reconstrução total e ampliação: 1.201,14€
- iv) Emissão de alvará de licença de O.E.P.: 96,56€
- v) Prazo da licença de O.E.P.: 173,52€

**TOTAL = 1.856,98€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 11862, datada de 16 de abril de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais

de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

**A Divisão Financeira,**

Joana Barroso

**Utilizador:** Joana Barroso

Concordo com a informação.  
A Com. de Direito Superior.  
Reunido, 26/02/19.

Conclusão. O caráter do h. Presbiteriano  
foi, em primeiro lugar, o caráter  
do Estado Municipal.

2019/02/27

+

A ~ S de K. A. A.  
1952 A

Nº Informação: 5956  
Data: 22/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 194/2018 - taxas referentes a emissão do alvará de O.V.P. com Tapume /Andaime para efetuar obras de conservação no edifício sito na Rua dos Capelistas nº 85, União de freguesias de Braga (São José de S. Lázaro e São João do Souto) em nome de FERBOGAR- Sociedade de Construções, Ldª, número de identificação fiscal 505 916 398, no valor de 458,66€ (quatrocentos e cinquenta e oito euros e sessenta e seis centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/15º, H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º e H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

i - Emissão de alvará – 96,56€

Prazo - 2 meses x 14,45€ = 28,90€

O.V.P. – 18,00m2 x 2 meses x 2,38€ = 85,68€

Tapume – 13m x 4 pisos x 2 meses x 2,38€ = 247,52€

**TOTAL – 458,66€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/8869, datada de 20/03/2018.

O artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga, refere:

- i) Podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais, Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, convocado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior.

A Divisão Financeira.

*Concedido. À ordem do Sr. Presidente  
da Câmara Municipal, em anexo,*

*subscrito à reunião do Executivo Municipal*

*2019/02/22*

*Concordo com a informação fornecida.  
A Câmara Municipal, em anexo,  
12/02/2019, 25/02/19.*

*A ... do Senhor*  
*190228*  
*[Signature]*

Nº Informação: 5894  
Data: 21/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 718/2018 - taxas de ocupação de espaço público (obras de recuperação) referente ao prédio sito no Gaveto da Rua D. Pedro V., nº 239/245 com a Rua Elisio de Moura, nº 3 a 15, freguesia de S. Vitor, desta cidade, sendo responsável o Condomínio do prédio acima mencionado, contribuinte 902072544, no valor de 593,39€ (quinhentos e noventa e três euros e trinta e nove centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 96,56 €
  - ii) Prazo 2 meses x 14,46€ = 28,92€
  - iii) Tapume – 13,00m+ 1,10m+ 1,10m = 15,20 x 5 pisos x 2 meses x 2,38€ = 361,76
  - iv) O.V.P. Grua – 4m x 4,00m = 16,00 m2 x 1 mês x 2,38€ = 38,08€
  - v) O.V.P. – 13,00 x 1,10m = 14,30m2 x 2 meses x 2,38 € = 68,07€
- TOTAL = 593,39€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/15844, datada de 17/05/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas



relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral

Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior.

A Divisão Financeira.

Concordo com o informado  
ter-se-á. A consideração superior  
Braga, 25/02/19.

Envio à unidade do h. P. de Câmara para,  
anualmente, apresentar à reunião do Executivo Munic-  
pal.

2019/07/27

*À ... do ...*  
19.02.2019  
*[Signature]*

Nº Informação: 5914

Data: 21/02/2019

**Assunto :** Análise da liquidação, Faturação e Isenção do processo 493/2017 - de Taxas da primeira prorrogação de ocupação da via pública com tapume e estaleiro, pelo período de 12 meses, pertença de ÉPOCA ARROJADA, Lda com o número de identificação fiscal nº 514 222 654, relativo à alteração, reconstrução e ampliação da edificação da edificação existente, sito na Avenida Central, nºs 131 a 133, freguesia de S. Vitor, desta cidade, no valor de 5 395,81€ (cinco mil trezentos e noventa e cinco euros e oitenta e um cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

- i - Emissão da 1ª prorrogação do alvará - 55,76 €
- Prazo da licença - 12 meses x 14,46€ = 173,52€
- Tapume - 12,00m + 1,30m + 1,30m = 14,60 x 3 x 12 x 2,38€ = 1 250,93€
- O.V.P. - 12,00m x 1,30m = 15,60m<sup>2</sup> x 12 meses x 2,38€ = 445,54€
- Tapume para grua e estaleiro - 12,00m + 4,70m + 3,20m = 19,90m x 3 x 12 meses x 2,38€ = 1 705,04€
- O.V.P. - 12,00mx 3,45m = 41,40m<sup>2</sup> x 12 meses x 2,38€ = 1 182,39€
- O.V.P. (passagem para peões) - 17,00m x 1,20m = 20,40m<sup>2</sup> x 12 meses x 2,38€ = 582,63€

**TOTAL - 5 395,81€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/26201/2018, datada de 17/08.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na informação 2565 da DMGAP, datada de 22 de Janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a



ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior.

A Divisão Financeira.



*Concordo com a informação.  
A consideração superior!  
Domingo, 25/02/19.*

*Envio. À atenção do Sr. Presidente da Câmara  
para, em seguida, submeter à reunião do  
Executivo Municipal.*

*2019/02/27*



*A 5 de Junho*  
*190228*  
*[Signature]*

Nº Informação: 5324  
Data: 18/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo de obras nº 453/2017 - taxas referentes ao licenciamento das obras de reconstrução e ampliação do prédio de António Soares Ferreira, contribuinte 124460879, sito na Rua Dr. Domingos Soares, 78, freguesia de S. Vicente, desta cidade, no valor de 2 847,06€ (dois mil oitocentos e quarenta e sete euros e seis cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/15º, H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

i - Emissão do alvará – 98,65€

Prazo da licença – 24 meses x 14,95€ = 358,80€

iii – Área Bruta de construção:

Áreas totais de pisos – 617,60m<sup>2</sup> x 1,15€ = 710,24€

Anexos e piscina – 112,10m<sup>2</sup> x 1,15m<sup>2</sup> = 128,92€

Elevador – 1m<sup>2</sup> x 61,70€ = 61,70€

O.V.P. – Emissão do alvará – 98,65€

Prazo de licença – 8 meses x 14,95€ = 119,60€

Tapume Alçado Frontal – 10,00m + 1,00m + 1,00m = 12,00m x 4 x 8 meses x 2,45€ = 940,80€

Tapume Alçado Posterior – 0

O.V.P. – 10,00 m x 1,00m = 10,00m<sup>2</sup> x 8 meses x 2,45€ = 196,00€

Demolição – Emissão do alvará – 98,65€

Prazo de demolição – 1 mês x 14,95€ = 14,95€

Numero de pisos a demolir – 2 x 10,05€ = 20,10€

TOTAL – 2847,06€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/1984, datada de 18/01/2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão,



Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

A consideração superior.

A Divisão Financeira.



*Concordo com o impugnação.  
A consideração superior,  
Rui Costa, 25/02/19.*

*Concordo. A reunião do h. Presidente  
do Câmara para, incluindo, a  
notificação ao Executivo Municipal.*

*2019/02/27*



Nº Informação: 5889

Data: 21/02/2019

*António*  
*1952 2A*  
*[Signature]*

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 1240/2018 - taxas de ocupação de espaço público (andaime) referente a obra de conservação e beneficiação no prédio sito na Praça Alexandre Herculano, nº 38, freguesia de S. Vicente, desta cidade, propriedade de António Sousa Teixeira, contribuinte nº 116328223, no valor de 220,50€ (duzentos e vinte euros e cinquenta cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 96,56€
- ii) Prazo 1 mês x 14,46€ = 14,46€
- iii) O.V.P. – 10,00m<sup>2</sup> x 1 mês x 2,38€ = 23,80€
- iv) Tapume – 9,00m x 4 pisos x 1 mês x 2,38€ = 85,68€

**TOTAL = 220,50€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/30638, datada de 03/10/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas

relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior.

A Divisão Financeira.



Concordo com a informação  
à coordenação superior.  
Bragança, 25/02/15.

Concordo. A pedido do Sr. Presidente da Câmara Municipal,  
concordando, subscrito à ordem do executivo municipal,  
2015/02/27





*A ... do ...*  
*19/02/27*

Nº Informação: 6141

Data: 25/02/2019

**Assunto:** Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 918/2018 - taxas referentes a ocupação da via pública com andaime/tapume, para a realização de obras de limpeza e pintura de fachada no prédio com três pisos sito na Rua de S. Vicente nº 171 a 177 e Rua do Burgo, freguesia de S. Vicente, desta cidade, propriedade de Mário Ribeiro Gomes, contribuinte nº 103 616 110, no valor de 301,42€ (trezentos e um euro e quarenta e dois centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/15º, H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

i - Emissão do alvará de licença – 96,56€

Prazo da licença – 1 mês x 14,46€ = 14,46€

Tapume – 20,00m+0,00m+0,00m=20,00m x 3 pisos x 1 mês x 2,38€ = 142,80€

O.V.P. – 20,00m x 1,00m = 20,00m² x 1 mês x 2,38€ = 47,60€

Total – 301,42€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/23210, datada de 18/07/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, convocado superiormente para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, o qual obteve despacho favorável do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, será assim, de seguir a opinião do parecer jurídico, remetendo-se para os fins tidos por convenientes.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior.

A Divisão Financeira.

Tel. 253 203 150 - Fax 253 613 387

*Concorda com o impu...*  
*A ...*  
*19/02/19*  
*... do h. ...*  
*... 2019/02/27*

*A ... do ...*  
*18 02 2019*  
*[Signature]*

**Nº Informação:** 5883

**Data:** 21/02/2019

**Assunto** – Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo 444/2017 – Taxas referentes a obras de reconstrução e ampliação de prédio e espaço público, da Empresa Expo-RC, Têxteis, sito na Rua de Santa Margarida 109-113, freguesia de S. Vicente, contribuinte 503115193, no valor de 2 118,54€ (dois mil cento e dezoito euros e cinquenta e quatro cêntimos). As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º. Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

i) Emissão do alvará – 96,56€

Prazo da licença – 23 meses x 14,46€ = 332,58€

Áreas de reconstrução e ampliação – 530,83m<sup>2</sup> x 1,12€ = 594,53€

Áreas de varandas e terraços – 44,55m<sup>2</sup> x 1,12€ = 49,90€

Emissão de licença de OVP – 96,56€

Prazo da licença – 6 meses x 14,46 € = 86,76€

Tapume OVP – 6,22m + 0,90m + 0,90m = 8,02m x 4 x 6 meses x 2,38€ = 458,11€

Tapume prazo – 6,22m x 0,90m = 5,60m<sup>2</sup> 6 meses x 2,38€ = 79,94€

O.V.P. com Estaleiro – 2,00m x 6,22m = 12,44 x 6 meses x 2,38€ = 177,65€

OVP alternativa – 10,22m x 1,00 = 10,22m<sup>2</sup> x 6 meses x 2,38 € = 145,95€

**TOTAL – 2 118,54€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/30169, datada de 01/10/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.



O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

*Concordo com a informação fornecida  
à consideração superior.  
Pereira, 25/02/19.*

*Quando a ordem do h. Presidente da Câmara for,  
cumprando, outuberto é senta do Executivo Municipal.*

*2019/02/27*



*A ns de E...*  
1902.20  
*[Signature]*

Nº Informação: 4789

Data: 12/02/2019

**Assunto:** Análise da liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 724/2018 - de Taxas de ocupação de espaço público (grua, para efetuar obras de conservação) da Universidade Católica Portuguesa, sita em Praça da Faculdade de Filosofia, nº 1, freguesia de S. Vicente, pessoa coletiva nº 501082522, no valor de 427,56€ (quatrocentos e vinte e sete euros e cinquenta e seis cêntimos). As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

i - Emissão de alvará - 96,56 €

Prazo - 1 mês - 14,45€

OVP -  $25m^2 \times 1m = 25m^2 \times 1 \text{ mês} \times 2,38€ = 59,50€$

Tapume -  $25m^2 + 1m + 1m = 27 \times 4 \times 1 \times 2,38€ = 257,04€$

**TOTAL - 427,56€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/17755, datada de 04/06/2018:

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na informação 2565 da DMGAP, datada de 22 de Janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas

relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior.

A Divisão Financeira.



Concordo com a informação fornecida.  
À consideração superior.  
Bragança, 15/02/15.

Concordo. À unidade de h. DNBP, Sr. Rafael  
funes.

2019/02/15



Concordo  
O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimarães  
18/02/15